

Ministro da Justiça e GDF terão de explicar vandalismo ao STF

JUDICIÁRIO

Na posse como presidente do TCU, ministro repudia vandalismo promovido por extremistas bolsonaristas e enfatiza que quem ama o país não prega violência, não destrói patrimônio público ou privado nem agride por diferenças ideológicas

Dantas enquadra "patriotas"

RAFAELA GONÇALVES

Na cerimônia em que tomou posse como presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), o ministro Bruno Dantas não poupou críticas ao atual governo. Sem citar nominalmente o presidente Jair Bolsonaro (PL), o magistrado disse que os últimos anos foram de "retrocesso civilizatório" e repretendeu o vandalismo de extremistas bolsonaristas, que depredaram a sede da Polícia Federal e queimaram carros e ônibus na área central de Brasília, na noite de segunda-feira.

"Não é patriota quem prega violência, quem destrói patrimônio público ou privado, quem agride ou fere terceiros por diferenças ideológicas, quem se arma para derramar o sangue de seus patriotas", enfatizou. "Patriota é aquele que ama o seu país, patriota é quem busca fortalecer as instituições democráticas. Patriota é a parcela da sociedade brasileira que participou alvamente para a recuperação da cidadania, votando a favor da democracia contra o arbítrio na promulgação da Constituição de 1988". Em uma citação ao jurista Rui Barbosa, frisou: "Opõem-me aos governos de seita, aos governos de facção, aos governos de ignorância".

Aos 44 anos, Dantas é o mais jovem a tomar posse como presidente da Corte. Ele já exerceu o cargo como interino desde a aposentadoria da ministra Ana Arraes, em julho deste ano.

Além de Dantas, Vital do Rêgo assumiu a vice-presidência



Bruno Dantas ao lado dos presidentes da Câmara, Arthur Lira; do Congresso, Rodrigo Pacheco; e do Supremo, Rosa Weber, na concorrida posse no TCU

Patriota é aquele que ama o seu país, patriota é quem busca fortalecer as instituições democráticas"

Bruno Dantas, presidente do TCU

da Casa e acumulará a função de corregedor. O exercício do mandato de ambos os cargos se inicia em 1º de janeiro, com duração de um ano e a possibilidade de reeleição por igual período.

O evento de ontem foi concorrido. Na primeira fileira da plateia estavam o presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT) com seu vice, Geraldo Alckmin (PSB), e ex-presidente José Sarney (MDB). Também compareceram os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) Luís Roberto Barroso, Edson Fachin, Dias Toffoli, Ricardo Lewandowski,

Nunes Marques e Gilmar Mendes, além do atual ministro da Economia Paulo Guedes e do presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto.

À mesa, estiveram presentes os presidentes do Congresso, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e da Câmara, Arthur Lira (PP-AL); o presidente do STF, Rosa Weber, e o também ministro da Corte Alexandre de Moraes, além do governador da Bahia, Rui Costa, futuro ministro-chefe da Casa Civil.

Dantas ganhou destaque recentemente ao assumir a pauta

de fiscalização das eleições, por meio do processo de auditoria das urnas eletrônicas. Ele citou nominalmente o presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Alexandre de Moraes, elogiando sua atuação no processo eleitoral. "Encarna o vigor das instituições brasileiras na defesa da democracia", disse, sobre o magistrado.

Ao assumir a presidência do TCU na data em que é celebrado o Dia Nacional de Combate à Pobreza, Dantas dedicou parte do seu discurso à reflexão sobre a situação social do

país e o papel das instituições democráticas.

"O Tribunal de Contas da União não é uma instituição de governo, mas, sim, uma instituição de Estado. A incumbência é constitucional de velar pelo bom uso dos bens e dinheiro públicos, empenhar o Orçamento para que seja devidamente alocado nas políticas sociais prometidas à população", ressaltou.

O ministro enfatizou que o combate à fome e à pobreza está no topo de sua gestão. "Conclamo esta Casa a declarar como prioridade na agenda de prioridades o exercício de nossas competências institucionais para acompanhar e alavancar as políticas públicas destinadas à redução de desigualdades sociais e econômicas".

Também consta como prioritário o fortalecimento da cooperação internacional para o aprimoramento do controle externo. Com o ministro já no comando da Corte de Contas, o Brasil chegou à presidência da Organização Internacional das Instituições Superiores de Controle (Intosai).

Em um panorama de escassez de recursos públicos, Dantas frisou ser necessário "revisitar periodicamente os resultados das políticas que adotamos e compará-las com as alternativas possíveis, em busca de eficiência, de fazer mais com menos". "Mas, apesar do quadro dramático, assumo a presidência deste tribunal munido de otimismo, convicto de que agora é tempo de reconstruir, é tempo de pacificar, é tempo de dar as mãos", concluiu.



Moraes fixou prazo para que ministro da Justiça e GDF expliquem medidas tomadas pelas forças de segurança para coibir o vandalismo de segunda-feira

Ultimato ao GDF e a ministro

LIANA PATRIOLINO LAINÁ ANDRADE

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), estipulou prazo de 48 horas para o ministro da Justiça, Anderson Torres, e o Governo do Distrito Federal (GDF) detalharem as medidas tomadas para coibir a baderna provocada por extremistas bolsonaristas na última segunda-feira.

A decisão de Moraes atende a pedido do senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP) de que o vandalismo promovido na área central de Brasília fosse incluído no inquérito dos atos antidemocráticos. O parlamentar mencionou a depredação na sede da Polícia Federal e os carros e ônibus queimados pelos radicais. A violência foi delatada após a prisão do caçaque José Acácio Sereno Xavante, determinada pelo STF a pedido da Procuradoria-Geral da República (PGR). O órgão acusa o indígena de promover atos antidemocráticos.

"Os fatos noticiados pelo parlamentar ocorreram no contexto dos atos antidemocráticos, nos quais grupos financiados por empresários (a serem identificados) insatisfeitos com o legítimo resultado do pleito, com violência e grave ameaça às pessoas,

passaram a bloquear o tráfego em diversas rodovias do país e a abusar do direito de reunião nos arredores de quartéis militares, com o intuito de abolirem o Estado democrático de direito, pleiteando um golpe militar e o retorno da ditadura", escreveu Moraes na decisão.

O magistrado definiu que "as condutas noticiadas, portanto, fazem parte de atos mais abrangentes, investigados nesta Suprema Corte, notadamente no âmbito das Pets 10.685/DF, 10.763/DF e 10.764/DF onde, inclusive, foram ofendidos o ministro da Justiça e Segurança Pública e o Governador do Distrito Federal para, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, informarem (a) as medidas tomadas pelas forças de segurança em relação aos fatos específicos, ocorridos em 12/12/2022; (b) as providências relativas ao efetivo cumprimento da decisão judicial proferida na ADPF 519".

Flávio Dino

O futuro ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino, criticou ontem, mais uma vez, a lentidão na resposta da polícia aos vândalos. Ele destacou, porém, que o "alto escalão governamental do Distrito Federal",

desde o princípio, entendeu a gravidade da situação e estaria verificando, com o Ministério Público, os motivos que levaram à falta de celeridade.

Dino afirmou que, para a posse do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva, em 1º de janeiro, a Polícia Federal, a Polícia Militar, demais órgãos de segurança pública do Distrito Federal e o Gabinete de Segurança Institucional (GSI) participaram do esquema de proteção na Esplanada dos Ministérios.

"Estamos conduzindo os preparativos relativos à posse para que haja aquilo que toda a sociedade deseja que é a certeza, a segurança, que a posse vai ocorrer com tranquilidade. Creio que o que aconteceu na segunda não se repetirá. Temos um quadro inelutável, mas foi isolado", destacou. Questionado sobre medidas em relação aos acampamentos de manifestantes em frente a quartéis, Dino comentou que há um estudo a ser conduzido pelo futuro ministro da Defesa, José Múcio. "Evidentemente, o ministro, com as Forças Armadas, vai tomar as providências previstas em lei, uma vez que temos uma situação nunca antes vista." (Com Agência Estado)

» Leia mais na página 15

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Correio Braziliense - Brasília/DF

Seção: Política **Página:** 3